



Banco Pan

Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial – Exercício 2014

06 de março de 2015



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2014	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2014
CIRCULANTE		10.560.858	CIRCULANTE		15.076.669
Disponibilidades	5	47.269	Depósitos	17.a	9.760.928
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	952.847	Depósitos à vista		107.023
Aplicações no mercado aberto		823.674	Depósitos interfinanceiros		8.546.399
Aplicações em depósitos interfinanceiros		129.173	Depósitos a prazo		1.107.506
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	702.283	Captações no mercado aberto	17.b	147.672
Carteira própria	7.a	230.006	Carteira própria		147.672
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	180.113	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	3.495.960
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	92.710	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.722.350
Vinculados ao Banco Central	7.a	30.483	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		773.610
Vinculados a prestação de garantias	7.a	168.971	Relações interfinanceiras		107.300
Relações interfinanceiras		48.107	Recebimentos e pagamentos a liquidar		1
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		2.917	Correspondentes no país	18	107.299
Correspondentes no país		45.190	Relações interdependências		4.041
Operações de crédito	8	6.537.148	Recursos em trânsito de terceiros		4.041
Operações de crédito - setor privado		7.101.564	Obrigações por empréstimos	19.a	68.317
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(564.416)	Empréstimos no país		1.703
Operações de arrendamento mercantil	8	27.112	Empréstimos no Exterior		66.614
Operações de arrendamento a receber		32.098	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	13.559
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	(4.986)	Instrumentos financeiros derivativos		13.559
Outros créditos		2.004.375	Outras obrigações		1.478.892
Carteira de câmbio	9.a	532.656	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		8.893
Rendas a receber		298	Carteira de Câmbio		664
Negociação e intermediação de valores		18.593	Sociais e estatutárias		2.303
Recebíveis imobiliários	10	86.309	Fiscais e previdenciárias	22.a	111.150
Títulos e créditos a receber	8 e 12	706.797	Negociação e intermediação de valores		95.008
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(43.910)	Dívidas subordinadas	20	95.409
Diversos	12	703.632	Diversas	22.b	1.165.465
Outros valores e bens		241.717			
Outros valores e bens	13.a	141.722			
(Provisão para desvalorização)	13.a	(39.999)			
Despesas antecipadas	13.b	139.994			



ATIVO	Nota explicativa	31/12/2014	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2014
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		14.364.209	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		6.820.200
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	4.690	Depósitos	17.a	1.786.826
Aplicações em depósitos interfinanceiros		4.690	Depósitos interfinanceiros		85.122
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.726.620	Depósitos a prazo		1.701.704
Carteira própria	7.a	543.719	Captações no mercado aberto	17.b	1.028.368
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	900.684	Carteira própria		870.359
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	255.521	Carteira de terceiros		158.009
Vinculados a prestação de garantias	7.a	26.696	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	1.672.091
Operações de crédito	8	8.838.215	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.672.091
Operações de crédito - setor privado		9.146.332	Obrigações por empréstimos	19.a	100.000
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(308.117)	Empréstimos no país		100.000
Operações de arrendamento mercantil	8	7.810	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	1.639
Operações de arrendamento a receber		9.244	Instrumentos financeiros derivativos		1.639
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	(1.434)	Outras obrigações		2.231.275
Outros créditos		3.319.726	Fiscais e previdenciárias	22.a	53.023
Carteira de Câmbio	9.a	12.461	Negociação e intermediação de valores		1.606
Créditos específicos		724	Dívidas subordinadas	20	1.460.874
Recebíveis imobiliários	10	69.971	Diversas	22.b	715.772
Benefício residual em Operações Securitizadas	11	10.211			
Títulos e créditos a receber	8 e 12	37.901			
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(5.663)			
Diversos	12	3.194.121			
Outros valores e bens		467.148	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		1.605
Despesas antecipadas	13.b	467.148	Resultados de exercícios futuros		1.605
			PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		21
			Participação de acionistas minoritários		21
PERMANENTE		607.913			
Investimentos		349.416	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.634.486
Participações em controladas	14.a	348.620	Capital social:	23	3.460.732
Outros investimentos	14.b	796	De domiciliados no país		3.211.194
Imobilizado de uso	15	32.671	De domiciliados no exterior		249.538
Outras imobilizações de uso		47.282	Reserva de capital		195.208
(Depreciações acumuladas)		(14.611)	Reservas de lucros		2.819
Intangível	16.b	225.826	Ajustes de avaliação patrimonial		(24.273)
Ativos intangíveis		323.132			
(Amortizações acumuladas)		(97.306)			
TOTAL DO ATIVO		25.532.980	TOTAL DO PASSIVO		25.532.980

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O 2º SEMESTRE DE 2014 E O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2º Semestre	31/12/2014
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.984.222	5.118.007
Rendas de operações de crédito	8.h	2.517.391	4.650.774
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.h	14.670	34.371
Resultado com instrumentos Financeiros e Derivativos	7.c	212.665	100.797
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.d	131.484	222.594
Resultado de operação de câmbio	9.b	108.012	109.471
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.935.217)	(3.244.445)
Operações de captação no mercado	17.d	(1.436.357)	(2.245.995)
Operações de empréstimos e repasses	19.b	(32.692)	(44.728)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.d	(466.169)	(953.721)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.049.005	1.873.562
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.215.932)	(2.280.721)
Receitas de prestação de serviços	24	203.578	375.928
Resultado de equivalência patrimonial	14.a	35.014	65.080
Despesas de pessoal	25	(128.670)	(244.850)
Outras despesas administrativas	26	(800.121)	(1.498.525)
Despesas tributárias	27	(75.502)	(143.649)
Outras receitas operacionais	28.a	90.414	135.912
Outras despesas operacionais	28.b	(540.646)	(970.618)
RESULTADO OPERACIONAL		(166.927)	(407.159)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	29	347.774	319.457
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		180.844	(87.703)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	33.a	(23.792)	95.527
Provisão para imposto de renda		21.649	26.006
Provisão para contribuição social		(13.161)	(21.031)
Ativo fiscal diferido		(32.280)	90.553
LUCRO LÍQUIDO		157.052	7.823
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		(1.811)	(1.811)
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$ (Representado por 929.040.163 ações em 31/12/2014)		0,17	0,01

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO **CONTROLADOR**
PARA O 2º SEMESTRE DE 2014 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucro		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.867.020	-	-	-	(16.286)	(542.681)	2.308.053
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.867.020	-	-	-	(16.286)	(542.681)	2.308.053
Aumento de Capital (Nota 24a)	593.712	737.889	-	-	-	-	1.331.601
Absorção de Prejuízo (Nota 24b)	-	(542.681)	-	-	-	542.681	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(7.987)	-	(7.987)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	4.630	4.630
Destinações:							
Reserva Legal (nota explicativa nº 24c)	-	-	232	-	-	(232)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (nota 24c)	-	-	-	2.587	-	(2.587)	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (nota explicativa nº 24d)	-	-	-	-	-	(1.811)	(1.811)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	3.460.732	195.208	232	2.587	(24.273)	-	3.634.486
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	2.867.020	-	-	-	(15.279)	(694.860)	2.156.881
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	2.867.020	-	-	-	(15.279)	(694.860)	2.156.881
Aumento de Capital (Nota 24a)	593.712	737.889	-	-	-	-	1.331.601
Absorção de Prejuízo (Nota 24b)	-	(542.681)	-	-	-	542.681	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(8.994)	-	(8.994)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	156.809	156.809
Destinações:							
Reserva Legal (nota explicativa nº 24c)	-	-	232	-	-	(232)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (nota 24c)	-	-	-	2.587	-	(2.587)	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (nota explicativa nº 24d)	-	-	-	-	-	(1.811)	(1.811)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	3.460.732	195.208	232	2.587	(24.273)	-	3.634.486



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXOS DE CAIXA
PARA O 2º SEMESTRE DE 2014 E O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre	31/12/2014
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
LUCRO LÍQUIDO	157.051	7.823
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	13.621	23.923
Amortização de ágio	12.527	25.053
Constituição de provisão para contingências	115.623	197.437
Reversão/Constituição para desvalorização de bens não de uso próprio	(16.064)	(31.629)
Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	41.900	86.051
Perda por <i>impairment</i>	10.867	10.867
(Ganho) na venda de investimento	(386.528)	(386.530)
Equivalência patrimonial	(35.014)	(65.080)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	466.169	953.721
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23.792	(95.527)
Lucro líquido ajustado	403.944	726.109
Varição de Ativos e Passivos:		
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(543.189)	(343.837)
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(814.104)	(927.432)
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	(254.865)	(128.370)
(Aumento) em relações interfinanceiras	(26.930)	(42.081)
(Aumento) em operações de crédito	(1.996.734)	(3.634.382)
Redução em operações de arrendamento mercantil	33.264	80.927
(Aumento) em outros créditos	(381.380)	(436.378)
(Aumento) em outros valores e bens	(227.972)	(330.839)
Aumento em depósitos	66.853	2.120.232
Aumento em captações no mercado aberto	486.258	89.043
Aumento em recursos de emissão de títulos	504.179	504.179
Aumento em outras obrigações	599.469	381.717
Aumento em relações interdependências	2.008	3.438
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(372)	(855)
CAIXA LÍQUIDO (USADO) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.149.573)	(1.938.529)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação de imobilizado de uso	-	17
Alienação de bens não de uso próprio	18.477	56.368
Aquisição/Alienação de investimentos	456.296	455.880
Aquisição de imobilizado de uso	(2.167)	(3.474)
Aplicações no intangível	(11.873)	(23.635)
Dividendos e juros sobre o capital próprio provisionados/recebidos	10.960	82.960
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	471.693	568.115
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
(Resgate) de letras financeiras	(69.740)	(459.457)
(Redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(17.817)	(37.191)
(Redução) de dívidas subordinadas	(52.160)	(99.915)
(Resgate)/Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	(49.945)	35.774
Aumento de Capital	1.331.601	1.331.601
Juros sobre o capital próprio a pagar	(1.811)	(1.811)
Varição nas participações minoritárias	(14.993)	(14.993)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.125.135	754.008
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(552.745)	(616.406)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	860.014	923.675
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO (nota nº 5)	307.269	307.269
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA		
Juros pagos	(1.720.055)	(3.025.433)
Juros recebidos	2.440.712	4.536.431
Transferência de ativos não de uso próprio	(22.710)	(48.439)
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	(14.197)	(12.114)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pan S.A. ("Banco", "PAN" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento à empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário a pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e alternativa de "funding" para as suas operações, o Banco PAN adotou a política de cessão de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira de crédito para outras instituições financeiras. A cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios faz parte da estratégia operacional da instituição, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações anteriormente feitas com FIDCs, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, conforme mencionado na Nota 2.

Demonstra-se a seguir a composição acionária atual do Banco PAN.

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,9	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A. - Caixapar	262.164.546	49,00	112.732.358	28,6	374.896.904	40,35
Conselho de Administração	5	-	105	-	110	-
Mercado	3	-	179.246.242	45,5	179.246.245	19,30
Total	535.029.747	100,00	394.010.416	100,00	929.040.163	100,00

A composição acionária acima considera o aumento de capital social aprovado em 13/06/2014 dentro do limite do capital autorizado, onde foram subscritas e integralizadas um total de 242.566.347 ações ordinárias e 151.397.741 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 3,38 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$ 1.331.601 destinados respectivamente R\$ 593.712 para Capital Social e R\$ 737.889 para Reserva de Capital. O processo foi aprovado pelo BACEN em 29/08/2014.

Alienação / Aquisição

a) Alienação da participação societária na Pan Seguros e na Pan Corretora

O Banco Pan S.A. e seus controladores, em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358/02, informaram aos seus acionistas e ao mercado que o Conselho de Administração do Banco Pan aprovou, em reunião realizada em 21/08/2014, por voto favorável de todos os seus conselheiros independentes, a venda da participação societária detida pelo Banco Pan nas sociedades Pan Seguros S.A. ("Pan Seguros") e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. ("Pan Corretora").

Nesse contexto, foram celebrados, contratos de compra e venda por meio dos quais o Banco Pan alienou (i) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Seguros à BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTGP Seguradora"), uma sociedade controlada do BTG Pactual, e (ii) a totalidade da participação societária por ele detida na Pan Corretora ao BTG Pactual e à Caixapar, pelo valor total



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

combinado de R\$ 580.000, o qual foi corrigido pela variação positiva de 100% da Taxa DI até a consumação do fechamento das Operações. O Banco Pan concorda em indenizar os compradores por qualquer contingência já identificada que posteriormente seja evidenciada como uma obrigação provável, limitado a 4,0% do valor da venda a partir da data de fechamento.

Em 29/12/2014, após todas as aprovações regulatórias necessárias, incluindo a aprovação pelo Banco Central do Brasil, foram concluídas as operações previstas nos contratos de compra e venda resultando em um ganho no montante de R\$ 386.530 antes dos impostos, sendo que eventuais desembolsos futuros com determinadas contingências relativas ao período de gestão do Pan serão por este indenizados.

Esta venda permitirá que o Banco Pan mantenha o foco na originação de crédito, permanecendo com uma receita adicional decorrente do crescente negócio de seguros, uma vez que o Banco Pan acordou, também no contexto das Operações, um acordo operacional de distribuição com a Pan Seguros, válido por 20 anos a partir do fechamento das Operações, por meio do qual a Pan Seguros utilizará o balcão do Banco Pan na comercialização de seus produtos de seguros.

b) Aquisição da carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Em 26/04/2013 o Banco PAN adquiriu, pelo valor de R\$ 351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. – em liquidação extrajudicial, originada por 237 convênios, dentre órgãos públicos das 3 esferas, quer da administração direta ou indireta, além de 7 convênios com empresas do setor privado, por meio de leilão público em lote único.

A referida carteira na época contava com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. Com esta aquisição, a Companhia reforçou sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

A aquisição gerou um deságio de R\$ 27.424 e despesas com a aquisição de R\$ 17.550, que estão sendo apropriados ao resultado do Banco PAN, pelo prazo médio de liquidação da carteira adquirida.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDCs (“Consolidado”), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com disposição da Resolução nº 4.280/13, art. 2º, § 1º que atende a referida resolução as instituições a divulgar suas demonstrações financeiras acompanhadas de notas explicativas; e Circular nº 3.701/14, do BACEN que deve ser observada, integralmente, os critérios de elaboração, divulgação e auditoria de demonstrações financeiras previstos no Cosif.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

2. CPC 03 – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e
8. CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total % 31/12/2014
Controladas diretas:	
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	100,00
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99
Controladas indiretas:	
BMSR II Participações S.A.	99,99
Brazilian Securities Companhia de Securitização	99,99
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	99,99
Entidades de Propósitos Específicos – EPEs:	
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa CDC FIDC”) (a)	-
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa Master CDC FIDC”) (a)	-
Fundo Exclusivo:	
BS Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Imobiliário	100,00

(a) Fundos FIDCs encerrados em 20/01/2014, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado anteriormente originado das operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e no resultado das controladas são apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Outras obrigações – diversas”, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas antes mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Na rubrica “Rendas de operações de crédito”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento, na rubrica “Operações de captação no mercado”. A receita auferida pelo Banco referente à variação de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, foi eliminada contra a rubrica “Operações de captação no mercado”, com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Resultado de operações de arrendamento mercantil”.

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDCs”) – Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanecia sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atendia a outras condições para consolidação previstas na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício Circular CVM nº 001/07, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado Líquido das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

	31/12/2014	
	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido
Banco PAN Individual	3.634.486	4.630
Ajustes de Consolidação	-	3.193
Banco PAN Conglomerado Prudencial	3.634.486	7.823

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, que preveem a adoção dos seguintes critérios:

- Contratos futuros: o processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa;
- *Swap*: são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizado em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa “*pro rata*” até a data do balanço. Para a apuração do valor de mercado, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA; e
- Contratos a termo de moedas: são instrumentos financeiros derivativos de compra ou venda de moeda estrangeira, sem entrega física, negociados em mercado de balcão em uma data futura e a uma paridade anteriormente determinada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação desses contratos foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “*hedge*” em contas de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “*hedge*” de risco de mercado, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de “*hedge*” têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em contas de receitas e despesas, no resultado.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no exterior.

j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento e gastos com aquisição e desenvolvimentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

logiciais. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo “Outras obrigações – diversas” nas demonstrações financeiras consolidadas.

r) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

t) Benefício Residual em Operações Securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

u) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

v) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	Financeiro (1)	Consórcios (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
Circulante	10.473.538	16.005	120.308	5.738	(54.731)	10.560.858
Realizável a longo prazo	14.120.562	25.331	218.329	17.435	(17.448)	14.364.209
Permanente	1.124.235	119	488	719.046	(1.235.975)	607.913
Total em 31/12/2014	25.718.335	41.455	339.125	742.219	(1.308.154)	25.532.980

Passivo	Financeiro (1)	Consórcios (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
Circulante	15.008.806	11.609	97.532	249	(41.527)	15.076.669
Exigível a longo prazo	6.809.087	12.762	26.933	-	(28.582)	6.820.200
Resultado de exercícios futuros	1.605	-	-	-	-	1.605
Minoritários	-	-	-	-	21	21
Patrimônio líquido	3.898.837	17.084	214.660	741.970	(1.238.066)	3.634.485
Total em 31/12/2014	25.718.335	41.455	339.125	742.219	(1.308.154)	25.532.980

(1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;

(2) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;

(3) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(4) Representado pela empresa Ourinvest Real Estate Holding S.A.; e

(5) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do Resultado	Financeiro (1)	Consórcios (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
- Receitas da intermediação financeira	5.086.396	1.999	33.997	978	(5.363)	5.118.007
- Despesas da intermediação financeira	(3.247.259)	-	(5.122)	-	7.936	(3.244.445)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.839.137	1.999	28.875	978	2.573	1.873.562
- Outras receitas/despesas operacionais	(2.307.788)	(5.868)	(13.551)	3	(18.599)	(2.345.803)
- Resultado de equivalência patrimonial	67.062	-	-	(41.443)	39.461	65.080
- Resultado não operacional	321.615	1	(2.159)	-	-	319.457
- Provisão para IR e CSLL	94.393	1.970	(4.451)	(945)	4.561	95.528
- Minoritário	(1)	-	-	-	-	(1)
Lucro Líquido em 31/12/2014	14.418	(1.898)	8.714	(41.407)	27.996	7.823

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
(2) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;
(3) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
(4) Representado pela empresa Ourinvest Real Estate Holding S.A.; e
(5) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2014
Disponibilidades em moeda nacional	41.036
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.233
Total de disponibilidades (caixa)	47.269
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	260.000
Total de caixa e equivalentes de caixa	307.269

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

Consolidado	31/12/2014					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letra Financeira do Tesouro - LTN	260.000	-	-	-	-	260.000
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	398.726	-	-	-	398.726
Subtotal	260.000	398.726	-	-	-	658.726
Posição Financiada						
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	164.948	-	-	-	-	164.948
Subtotal	164.948	-	-	-	-	164.948
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.988	40.743	7.331	50.111	4.690	133.863
Total	455.936	439.469	7.331	50.111	4.690	957.537

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	31/12/2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	
- Posição bancada	31.499
- Posição financiada	35.662
Subtotal	67.161
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	14.909
Total (Nota 7d)	82.070

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2014, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	31/12/2014
Carteira própria:	
Certificado de Depósito Bancário – CDB	1.568
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	56.601
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	367.456
Notas do Tesouro Nacional – NTN	347.243
Cotas de Fundos de Investimento (1)	555
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	302
Subtotal	773.725
Vinculados a compromisso de recompra:	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	533.088
Notas do Tesouro Nacional – NTN	515.892
Certificado de Depósito Bancário – CDB	18.712
Cotas de Fundos de Renda Fixa	13.106
Subtotal	1.080.797
Vinculados ao Banco Central	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	30.483
Subtotal	30.483
Vinculados à prestação de garantias:	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	191.133
Notas do Tesouro Nacional – NTN	4.534
Subtotal	195.667
Total de títulos e valores mobiliários	2.080.672
Instrumentos financeiros derivativos:	
Diferenciais a receber de “swap”	348.231
Total de instrumentos financeiros derivativos	348.231
Total geral	2.428.903

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento estão assim compostas:

	31/12/2014
BEM Fundo de Investimento Referenciado DI TPF (i)	555
Total	555

i. Fundo administrado pela BEM DTVM Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Composição por categorias e prazos:

Consolidado	31/12/2014							
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (2) (4)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:								
- Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	475.980	475.980	480.354	(4.374)
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	9.653	3.915	-	732	14.300	14.300	-
- Cotas de fundo de investimento	13.106	-	-	-	-	13.106	13.106	-
Total de títulos para negociação	13.106	9.653	3.915	-	476.712	503.386	507.760	(4.374)
Títulos disponíveis para venda:								
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	459.326	-	-	668.811	1.128.139	1.128.212	(73)
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI(3)-	-	5.630	9.139	8.009	33.821	56.601	66.924	(10.323)
Total de títulos disponíveis para venda	-	464.956	9.139	8.009	702.632	1.184.740	1.195.136	(10.396)
Títulos mantidos até o vencimento (1):								
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	127.170	117.291	139.671	7.557	391.689	391.689	-
- Cotas de fundos de investimento	555	-	-	-	-	555	555	-
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	302	-	-	-	-	302	302	-
Total de mantidos até o vencimento	857	127.170	117.291	139.671	7.557	392.546	392.546	-
Total geral	13.963	601.779	130.345	147.680	1.186.901	2.080.672	2.095.442	(14.770)

- (1) Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento;
- (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;
- (3) Conforme Circular BACEN nº 3.068/01, a partir de julho/13 os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI’s foram classificados para Títulos Disponíveis para Venda, conforme a política interna de Classificação dos Instrumentos Financeiros em Carteira Trading e Carteira Banking, uma vez que não há mercado para obtenção de ganhos a curto prazo; e
- (4) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 2.738.

c) Instrumentos financeiros derivativos:

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de “*swap*”, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, Termo de moeda e Swap) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward* – NDF) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

Em 31/12/2014, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Valor Contábil / Mercado	31/12/2014
Instrumento:	
Swaps	
- Diferencial a receber	348.231
- Diferencial a pagar	(14.992)
Termo de moeda	
- Posição vendida	(206)
Contratos futuros	
- Posição ativa	17.483
- Posição passiva	(7.738)
Total líquido	342.778

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil, a receber e a pagar. Todas as posições detidas em “swap” são negociadas em balcão e os contratos futuros, na BM&FBOVESPA.

Instrumento/ Posição:	31/12/2014								Ajuste de marcação a mercado
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	
Swap									
Posição ativa:	1.769.852	-	1.690	18.886	72.134	255.521	348.231	379.163	(30.932)
- CDI	34.701	-	-	75	-	-	75	24	51
- Dólar	1.557.570	-	1.690	18.811	72.116	255.411	348.028	379.235	(31.207)
- CDI	28.953	-	-	-	18	110	128	(96)	224
- CDI	55.253	-	-	-	-	-	-	-	-
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
- Pré	6.041	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.769.852	(16)	(374)	(11.539)	(1.424)	(1.639)	(14.992)	(12.965)	(2.027)
- Dólar	34.701	-	(335)	(1.813)	(297)	(1.639)	(4.084)	(3.747)	(337)
- CDI	1.557.570	-	(12)	-	(714)	-	(726)	1.901	(2.627)
- Pré	28.953	(16)	(27)	(23)	(1)	-	(67)	(91)	24
- Libor	55.253	-	-	(9.558)	-	-	(9.558)	(10.527)	969
- Dólar	87.334	-	-	(145)	-	-	(145)	(36)	(109)
- Dólar	6.041	-	-	-	(412)	-	(412)	(465)	53
Termo de moeda									
Posição comprada	16.371	-	-	-	-	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Pré	16.371	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição Vendida	16.371	(7)	(11)	(21)	(167)	-	(206)	(511)	305
Dólar	16.371	(7)	(11)	(21)	(167)	-	(206)	(511)	305
Contratos futuros									
Posição ativa:	3.366.446	17.483	-	-	-	-	17.483	17.483	-
- DDI	887.119	14.586	-	-	-	-	14.586	14.586	-
- Dólar	146.215	2.680	-	-	-	-	2.680	2.680	-
- DI1	2.333.112	217	-	-	-	-	217	217	-
Posição passiva:	3.366.446	(7.738)	-	-	-	-	(7.738)	(7.738)	-
- DDI	887.119	(1.733)	-	-	-	-	(1.733)	(1.733)	-
- Dólar	146.215	(3)	-	-	-	-	(3)	(3)	-
- DI1	2.333.112	(6.002)	-	-	-	-	(6.002)	(6.002)	-
Total a receber líquido		9.722	1.305	7.326	70.543	253.882	342.778	375.432	(32.654)

Hedge Contábil: Basicamente esses instrumentos financeiros foram realizados como proteção das operações passivas de *Euro Medium-Term Notes* e Dívidas Subordinadas no exterior, indexadas ao dólar (objetos de *hedge*), classificados como "*hedge*" de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de *hedge*, está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3082/02.

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

	31/12/2014		
	Receita	Despesa	Líquido
Swap	734.394	(581.618)	152.776
Contratos futuros	400	(228)	172
Termo de moeda	984.936	(1.037.087)	(52.151)
Total	1.719.730	(1.618.933)	100.797

d) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	31/12/2014
Títulos de renda fixa	140.524
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	82.070
Total	222.594

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações sobre a carteira de operações de crédito, que incluem as operações de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de operações de crédito, em 31/12/2014, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	31/12/2014	
	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	7.333.628	41,88
Operações de arrendamento mercantil (1)	41.342	0,24
Empréstimo em consignação	3.304.403	18,87
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	195.877	1,12
Financiamentos habitacionais	772.077	4,41
Empréstimos com garantia imobiliária	528.656	3,02
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	596.778	3,41
Capital de giro	2.026.995	11,57
Direitos creditórios adquiridos	1.711	0,01
Renegociações	42.172	0,24
Crédito pessoal	70.555	0,40
Financiamentos à exportação	799.863	4,57
Créditos vinculados à cessão (3)	575.176	3,28
Outros	5	-
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil	16.289.238	93,02
Outros créditos (4)	744.698	4,25
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (5)	478.083	2,73
Total	17.512.019	100,00

(1) Registrado a valor presente;

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidas com retenção substancial de risco e benefícios do ativo financeiro objeto da operação (Nota 8g);

(4) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(5) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Composição da carteira por *rating* e prazo de vencimento:

Rating	31/12/2014							
	Vencidos	A vencer						Total
	Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	5.265	1.087.627	427.778	361.318	1.077.358	1.858.426	7.224.251	12.042.023
B	61.971	155.921	122.915	158.279	441.917	717.367	1.081.477	2.739.847
C	59.873	58.705	41.730	85.306	338.925	301.128	348.693	1.234.360
D	110.011	24.534	25.546	12.892	52.826	65.063	210.647	501.519
E	35.135	24.718	5.599	4.216	15.238	28.555	83.756	197.217
F	42.634	5.753	3.447	3.304	9.657	27.689	64.210	156.694
G	29.206	10.110	2.442	12.255	6.757	12.628	37.590	110.988
H	239.921	21.758	11.606	11.264	34.104	58.317	152.401	529.371
Total	584.016	1.389.126	641.063	648.834	1.976.782	3.069.173	9.203.025	17.512.019

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Nível	Provisão Requerida%	31/12/2014			
		A vencer	Vencidos (1)	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-
A	0,50	12.036.758	5.265	12.042.023	60.211
B	1,00	2.677.876	61.971	2.739.847	27.398
C	3,00	1.174.487	59.873	1.234.360	37.030
D	10,00	391.508	110.011	501.519	50.152
E	30,00	162.082	35.135	197.217	59.166
F	50,00	114.060	42.634	156.694	78.347
G	70,00	81.782	29.206	110.988	77.692
H	100,00	289.450	239.921	529.371	529.371
Total		16.928.003	584.016	17.512.019	919.367
% sobre total de risco					5,25%

(1) inclui parcelas vencidas há mais de 14 dias.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2014				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros Créditos	Total
Saldo do início do exercício	1.348.481	70	132.982	14.983	1.496.516
- Constituição/reversão de provisão	1.061.305	(2)	(113.415)	5.833	953.721
- Baixas contra a provisão (7)	(1.490.419)	-	-	-	(1.490.419)
Saldo do fim do exercício	919.367	68	19.567	20.816	959.818
- Créditos recuperados (4) (5)	276.423	-	-	-	276.423
- Efeito no resultado (6)	(784.882)	2	113.415	(5.833)	(677.298)

(1) Inclui outros créditos com características de operações de crédito e operações de câmbio;

(2) Constituída para fazer frente a riscos adicionais da carteira de crédito, de acordo com a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de crédito;

(3) Refere-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de cessão de crédito com coobrigação (Nota 8g), classificada em Outras Obrigações - diversas;

(4) No exercício findo em 31/12/2014, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 276.423 (sendo R\$ 249.396 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 17.722 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 9.305 de recuperação de créditos imobiliários). No Banco PAN e no Consolidado, a carteira de créditos renegociados totaliza R\$ 42.172;

(5) Contabilizado em Rendimentos de operações de crédito;

(6) Despesa de provisão constituída menos receita de créditos recuperados; e

(7) Em 20/01/2014, foram encerrados os fundos de direitos creditórios FIDC's Caixa CDC e Caixa Master CDC (Nota 2), sendo que a carteira de Operações de Crédito do mesmo foi incorporada à carteira própria do Banco PAN. Os FIDC's não utilizam a política contábil de baixa de operações de crédito para prejuízo, conforme a Resolução CMN nº 2.682/99. Dessa forma, o Banco PAN analisou a carteira recebida dos FIDC's encerrados e foi realizada uma baixa contra provisão no montante de R\$ 344.378 (Caixa CDC R\$ 55.962 e Caixa Master R\$ 288.416).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

e) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	31/12/2014	
	Valor	%
Pessoa Física	13.084.082	74,71
Agroindústria	850.832	4,86
Açúcar e Etanol	254.408	1,45
Agronegócio e Proteína Animal	596.424	3,41
Comércio	902.770	5,16
Atacado e Varejo	902.770	5,16
Indústrias de Base	408.674	2,33
Autopeças	25.953	0,15
Indústria Química	39.708	0,22
Óleo e Gás	20	-
Outras Indústrias	268.888	1,54
Papel e Celulose	61.670	0,35
Têxtil	12.435	0,07
Serviços	2.265.661	12,94
Construção e Incorporação	1.480.487	8,45
Financeiros	26.284	0,16
Locação de Veículos	26.723	0,15
Mídia, TI e Telecom	31.490	0,18
Outros Serviços	517.454	2,95
Saúde, Segurança e Educação	11.369	0,07
Transporte e Logística	152.208	0,87
Utilitários	19.646	0,11
Total	17.512.019	100,00

f) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	31/12/2014	
	Valor	%
10 maiores devedores	495.971	2,83
50 seguintes maiores devedores	1.224.305	6,99
100 seguintes maiores devedores	1.312.034	7,49
Demais devedores	14.479.709	82,69
Total	17.512.019	100,00

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

No exercício findo em 31/12/2014, foram realizadas cessões de créditos com instituição financeira, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2014		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	4.117.462	3.835.484	281.978
Empréstimo em consignação	2.896.180	2.294.770	601.410
Cédula de crédito bancário	69.313	67.317	1.996
Financiamentos habitacionais	193.691	183.323	10.368
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	17.936	16.952	984
Empréstimos com garantia imobiliária	278.893	244.554	34.339
Total	7.573.475	6.642.400	931.075

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Cessão após à Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam a R\$ 575.176, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 690.009.

Cessão anterior à Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam a R\$ 96.940, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 99.112, para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 20.787, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (Nota 22b).

h) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	31/12/2014
Crédito direto ao consumidor	1.638.151
Lucros nas cessões de crédito (Nota 8g)	931.075
Empréstimos em consignação	613.766
Cartão de crédito	350.845
Financiamento à exportação	335.532
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (1)	276.423
Capital de giro	258.146
Habitacionais	120.009
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	72.765
Crédito pessoal	34.519
Rendas de empreendimentos imobiliários	25.299
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (2)	16.649
Outras	4.703
Renegociações	4.651
Direitos creditórios	2.612
Total	4.685.145

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

Consolidado	31/12/2014
Ativo – Outros Créditos	
Câmbio comprado a liquidar	526.576
Rendas a receber	18.541
Total do Ativo	545.117
Passivo - Outras Obrigações	
Obrigações por compra de câmbio	460.206
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(459.542)
Total do Passivo	664

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Resultado de operação de câmbio:

Consolidado	31/12/2014
Rendas de Financiamento à Exportação	399.088
Variação Cambial	(289.617)
Total	109.471

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % a.a.	31/12/2014
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	7.769
Cédula de Crédito Imobiliário	22/01/2044	INCC/IGPM /TR e sem correção monetária	0 até 18,33	148.511
Total				156.280

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de qualquer provisão complementar.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Resumo dos saldos contábeis sob regime fiduciário:

Consolidado	31/12/2014
Disponibilidades	32.864
Aplicações Financeiras	141.694
Recebíveis Imobiliários (1)	9.718.376
Outros Ativos	28.401
Total do Ativo	9.921.335
Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	9.797.053
Outros Passivos	114.072
Total do Passivo	9.911.125
Benefício Residual em Operações Securitizadas (3)	10.211

(1) Os recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 19,80% a.a. e também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,50% a.a., e com vencimento até 22/01/2044;

(2) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 77,50% a.a. e, também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,50% a.a. e com vencimento até 01/07/2043; e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

(3) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Ao longo do exercício de 2014, a Controlada Brazilian Securities adquiriu o montante de R\$ 946.839 de recebíveis imobiliários. Adicionalmente, foram realizadas operações de retrocessões no montante de R\$ 2.209.

c) Em 31/12/2014, o total de parcelas em atraso há mais de 90 dias dos recebíveis imobiliários vinculados as séries emitidas é de R\$ 26.404, que corresponde a 0,27% do total dos recebíveis imobiliários vinculados as séries.

12) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (1)

	31/12/2014
Créditos tributários (Nota 34b)(2)	2.814.180
Títulos e créditos a receber (3)(5)	744.698
Impostos e Contribuições a Compensar	315.510
Valores a receber por cessão de créditos	431.705
Depósitos judiciais e fiscais	193.789
Valores a receber de sociedades ligadas	40.897
Valores a receber de empréstimos consignados (4)	26.237
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	20.346
Cartões de Crédito	1.642
Adiantamentos e antecipações salariais	717
Outros	52.730
Total	4.642.451

(1) Inclui títulos e créditos a receber;

(2) Composto por: Diferenças Temporárias no montante de R\$ 1.356.570 e Prejuízo Fiscal no montante de R\$ 1.457.610;

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;

(4) Refere-se basicamente a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2014 é R\$ 11.724; e

(5) Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram.

13) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio/outros:

	Valor Residual		
	Custo	Provisão para perdas	31/12/2014
Veículos	26.423	(7.208)	19.215
Veículos em regime especial	28.200	(26.035)	2.165
Imóveis (1)	86.734	(6.756)	79.978
Total dos bens não de uso próprio	141.357	(39.999)	101.358
Outros bens	365	-	365
Total de outros valores e bens	141.722	(39.999)	101.723

(1) No exercício encerrado em 31/12/2014, foram baixados valores de bens não de uso próprio por "impairment", no montante de R\$ 6.731, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Despesas antecipadas:

	31/12/2014
Comissões pagas a correspondentes bancários	595.444
Gastos na emissão de títulos no exterior	8.110
Outras	3.588
Total	607.142



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

14) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação consolidada no capital social	Lucro Líquido/ (Prejuízo) Ajustado	Saldo dos Investimentos	Ajuste decorrente de avaliação (2) Exercício findo em
			ON	PN	Cotas				
			31/12/2014						
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (5)(6)	22.060	33.886	-	-	5.061	99,999%	4.418	33.886	4.418
Brazilian Finance Real Estate S.A. (1)(3)	107.662	135.514	35	72	-	99,999%	(11)	135.514	(11)
BM Sua Casa Promotora de Vendas (1)(3)	172.000	179.220	-	-	172.000	100,000%	6.406	179.220	6.406
PAN Seguros S.A.(1)(3)(4)(7)(8)	-	-	-	-	-	-	47.020	-	47.020
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e Previdência Privada Ltda.(1)(3) (7)(8)	-	-	-	-	-	-	7.247	-	7.247
Total								348.620	65.080

(1) Dados relativos a 31/12/2014;

(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(3) Empresas que tiveram suas informações financeiras do exercício findo em 31/12/2014 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;

(4) Em 10/02/2014, foi deliberado por AGE o pagamento de dividendos no montante de R\$ 55.000;

(5) Em 31/01/2014, foi deliberado por reunião dos sócios, pagamento de dividendos no montante de R\$ 17.000;

(6) Em 30/12/2014 foi aprovado aumento de Capital na Panserv Prestadora de Serviços Ltda., no montante de R\$ 17.000;

(7) Dados relativos a 30/11/2014; e

(8) Empresas alienadas em 29/12/2014.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Outros Investimentos:

	31/12/2014
Câmara Interbancária de Pagamentos	380
Stone Pagamentos S.A.	415
Outros	1
Total	796

(1) No exercício encerrado em 31/12/2014, foram baixados valores de Obras de Arte por "impairment", no montante de R\$ 23, conforme Resolução CMN nº 3.566/08.

15) IMOBILIZADO

a) Ativos imobilizados:

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual 31/12/2014
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	27.198	(6.678)	20.520
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.833	(736)	1.097
Sistemas de processamento de dados	20%	17.731	(6.958)	10.773
Sistemas de transportes	20%	520	(239)	281
Total em 31/12/2014		47.282	(14.611)	32.671

b) Movimentação dos ativos imobilizados:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2013	37.722
Aquisições	3.474
Baixas	(802)
Depreciação	(7.723)
Saldo em 31/12/2014	32.671

No exercício encerrado em 31/12/2014, foram baixados valores do ativo imobilizado por "impairment", no montante R\$ 4.060 no Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

16) INTANGÍVEL

a) Ágio:

O ágio na aquisição de investimento totalizou a R\$ 250.532, representado por expectativa de rentabilidade futura do investimento, que será amortizado linearmente em 10 anos ou quando de sua realização. Esse ágio está registrado nas demonstrações financeiras consolidadas no intangível.

No exercício encerrado em 31/12/2014, foram amortizados ágios no montante de R\$ 25.053.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual 31/12/2014
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	72.578	(36.742)	35.836
Ágio (Nota 16a)	10%	250.531	(60.545)	189.986
Outros	10%	22	(20)	2
Total em 31/12/2014		323.132	(97.306)	225.826

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio (Nota 16 a)	Outros	Total
Saldo em 31/12/2013	28.400	215.039	2	243.441
Adições	23.635	-	-	23.635
Amortização do exercício	(16.199)	(25.053)	-	(41.250)
Saldo em 31/12/2014	35.836	189.986	2	225.826

No exercício encerrado em 31/12/2014, foram baixados valores do Intangível por “*impairment*”, no montante de R\$ 54 no Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

17) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2014
• Depósitos à vista (1)	107.023	-	-	-	107.023
• Depósitos interfinanceiros	8.190.491	350.111	5.797	85.122	8.631.521
• Depósitos a prazo	88.921	484.332	534.253	1.701.704	2.809.210
Total em 31/12/2014	8.386.435	834.443	540.050	1.786.826	11.547.754

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro;

b) Captações no mercado aberto:

	Até 30 dias	90 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2014
Carteira Própria		52.368	95.304	870.359	1.018.031
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	52.368	95.304	372.473	520.145
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	497.886	497.886
Carteira de Terceiros				158.009	158.009
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	158.009	158.009
Total em 31/12/2014	-	52.368	95.304	1.028.368	1.176.040

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2014
Títulos e Valores Mobiliários - país					
• Letras Financeiras – LF	-	407.097	735.745	863.856	2.006.698
• Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	78.640	143.699	340.240	278.403	840.982
• Letras de Crédito Imobiliário – LCI	139.022	326.695	551.212	529.832	1.546.761
Subtotal	217.662	877.491	1.627.197	1.672.091	4.394.441
Títulos e Valores Mobiliários – exterior (1)					
• Euro Medium-Term Notes	-	-	773.610	-	773.610
Subtotal	-	-	773.610	-	773.610
Total em 31/12/2014	217.662	877.491	2.400.807	1.672.091	5.168.051

A seguir, saldo atualizado da tranche nas datas dos balanços:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2014 (1)
288.638	5,50%a.a.	04/08/2015	773.610
Total			773.610

(1) O ajuste de marcação a mercado das captações no exterior foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 6.871 no exercício findo em 31/12/2014. Essa operação possui hedge de risco de mercado (Notas 3e e 7c).

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	31/12/2014
Depósitos interfinanceiros	823.431
Depósitos a prazo	406.812
Letras Financeiras – LF	253.264
Variação cambial	232.107
Títulos e valores mobiliários no exterior e Dívidas Subordinadas	162.456
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	144.865
Operações compromissadas	119.258
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	79.939
Captações no exterior – Dívida Subordinada e TVM no exterior	14.051
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC	9.754
Captação por meio de FIDCs	58
Total	2.245.995

18) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

	31/12/2014
Crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário	107.299
Total	107.299

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

19) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2014
• No País	-	1.703	-	100.000	101.703
• No Exterior	-	66.614	-	-	66.614
Total em 31/12/2014	-	68.317	-	100.000	168.317

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

	31/12/2014
No País	16.696
No Exterior	28.032
Total	44.728

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	31/12/2014
No Exterior (1): 2020	10	US\$ 500.000	US\$	Taxa de 8,50% a.a.	1.423.509
No País: 2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100,0% da taxa CDI + 1,35% a.a.	13.478
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100,0% da taxa IPCA + 5,60% a.a.	119.296
Total					1.556.283

- (1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 20.922 no exercício de 31/12/2014. Essa operação possui hedge de risco de mercado (Notas 3e e 7c);
- (2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018; e
- (3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019.

21) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Obrigações legais:

O Banco PAN e sua controlada (Panamericano Arrendamento Mercantil) vinham questionando judicialmente a ampliação da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS na forma da Lei nº 9.718/98 e por força de decisões judiciais intermediárias não vinham efetuando o pagamento destas contribuições incidentes sobre receitas financeiras, mas provisionava esses valores.

Em 28/11/2013, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei 12.865, de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, posteriormente convertida na Lei nº 12.973 de 13/05/2014. O Banco PAN aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), pagando à vista os débitos referentes às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 a 2012, e desistindo da discussão judicial existente. Consequentemente, as respectivas provisões existentes foram baixadas e esses tributos passaram a ser recolhidos normalmente.

Em 29/07/2014, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. também desistiu da discussão judicial existente e aderiu ao REFIS para usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei 12.865,



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

de 9/10/2013, com alterações da Lei nº 12.973 de 13/05/2014, pagando à vista os débitos referentes às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 a 2013.

b) Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretenso enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I – Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2014
Processos cíveis	180.253
Processos trabalhistas	78.321
Processos tributários	26.822
Subtotal (1)	285.396
Provisão para riscos fiscais (2)	-
Total	285.396

(1) Nota 22b; e

(2) Classificados na rubrica “Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias” (Nota 22a).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

II – Movimentação das provisões:

Consolidado	31/12/2014					
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Subtotal	Fiscais (1)	Total
Saldo em 31/12/2013	158.386	48.738	21.286	228.410	53.241	281.651
Baixas	(91.967)	(33.355)	(15.130)	(140.451)	(55.523)	(195.974)
Constituições líquidas de reversões	113.834	62.938	20.666	197.437	2.282	199.719
Saldo em 31/12/2014	180.253	78.321	26.822	285.396	-	285.396

(1) Nota 21a

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III – Passivos contingentes classificados como perda possível

No 3º trimestre de 2012, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.166. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.475. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 43.656. Aguarda-se a publicação de acórdão para protocolo do Recurso de Revisão pela empresa, endereçado às Câmaras Reunidas do Conselho Municipal de Tributos de São Paulo.

No 4º trimestre de 2014, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de contribuição social relativo ao ano base de 2009, no montante de R\$ 17.369. Para liquidação desse valor, em 28/11/2014, amparada pelos artigos 33 e 34 da Lei 13.043/2014, a instituição optou pela liquidação antecipada desses débitos, parte em dinheiro e parte com créditos de prejuízos fiscais acumulados.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

22) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	31/12/2014
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 33e)	107.183
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	28.274
COFINS a recolher	14.407
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	8.627
PIS a recolher	2.347
ISS a recolher	1.882
Impostos e contribuições sobre salários	882
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	550
Outros	21
Total	164.173

b) Diversas:

	31/12/2014
Cessão com retenção de riscos - Consignado (1)	690.009
Valores a pagar a estabelecimento referente a compras com cartões de crédito	629.151
Provisão para passivos contingentes (Nota 21b)	285.396
Provisão para pagamentos a efetuar	106.197
Arrecadação de cobrança	60.020
Valores a pagar a sociedades ligadas	47.576
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (Nota 8d)	19.567
Valores específicos de consórcio	11.445
Cheques administrativos	784
Valores a pagar a lojistas	162
Outros	30.930
Total	1.881.237

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios. (Nota 8g).

23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2014 é de R\$ 3.460.732, e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31/12/2014
Ordinárias	535.029.747
Preferenciais	394.010.416
Total	929.040.163

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Movimentação do capital social em quantidade de ações:

O BACEN aprovou em 29/08/2014 o Aumento de Capital em ON e PN homologado em 14/08/2014 pelo Conselho de Administração da Companhia.

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação em 31/12/2013	292.463.400	242.612.675	535.076.075
Aumento de Capital	242.566.347	151.397.741	393.964.088
Quantidade de ações em circulação em 31/12/2014	535.029.747	394.010.416	929.040.163

Aumento de Capital Social da Companhia, no limite do capital autorizado.

Em 13/06/2014, o Conselho de Administração do Pan aprovou aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado no valor total de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos mil reais).

Após o prazo para exercício do direito de preferência e do rateio de sobras realizado, foram subscritas um total de 242.566.347 ações ordinárias e 151.397.741 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 3,38 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$ 1.331.601 destinados da seguinte forma: (i) R\$ 593.712 para a composição do **Capital Social** e (ii) R\$ 737.889 para a composição da **Reserva de Capital**.

Em 03/11/2014 o Conselho de Administração aprovou a proposta da diretoria da Companhia para absorção dos prejuízos acumulados apurados até 31/12/2013, no valor de R\$ 542.679, mediante utilização parcial do saldo da Reserva de Capital. A absorção ora aprovada deverá ser referendada pela Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas e demonstrações financeiras do exercício de 2014.

c) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal até que essa atinja. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social do Banco PAN. Nos termos do art, 193, §1º, da Lei 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012, o percentual vigente é de 35%.

Em reunião do Conselho de Administração de 09/02/2015, aprovou-se o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2014, a ser referendado na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores de 2014, no valor bruto de R\$ 1.811, sendo R\$ 0,001949614 brutos por ação (R\$ 0,001657171 líquido de imposto de renda na fonte de 15%), cujo pagamento será efetuado até 31/12/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A seguir demonstra-se o cálculo dos juros sobre o capital próprio relativo ao exercício findo em 31/12/2014.

	31/12/2014	% (1)
Lucro líquido	4.630	
(-) Reserva Legal	(232)	
Base de cálculo	4.398	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	1.811	41,18%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(272)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	1.539	35,00%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

24) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31/12/2014
Operações de crédito	257.708
Rendas de cartões	85.445
Administração de consórcios	14.329
Rendas de comissão / intermediação	5.748
Rendas de serviços de cobrança	1.107
Rendas de estruturação de operações / fundos	885
Outras	10.706
Total	375.928

25) DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2014
Proventos	160.082
Encargos Sociais	40.929
Benefícios	25.795
Honorários	14.733
Outros	3.311
Total	244.850

26) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2014
Comissões pagas a correspondentes bancários	876.733
Serviços de terceiros	219.013
Serviços do sistema financeiro	79.678
Processamento de dados	77.304
Comunicações	40.233
Aluguéis	35.785
Propaganda, promoções e publicidade	28.007
Taxas e emolumentos	26.747
Depreciação e amortização	23.923
Despesas com busca e apreensão de bens	16.209
Transporte	5.936
Viagens	5.781
Manutenção e conservação de bens	4.394
Materiais de consumo	591
Administração de Fundos	87
Outras	58.104
Total	1.498.525

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

27) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2014
Contribuição à Cofins	100.253
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	18.556
Contribuição ao PIS	16.349
Impostos e taxas	8.491
Total	143.649

28) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	31/12/2014
Recuperação de encargos e despesas	38.573
Amortização do deságio – BCS	15.877
Benefício residual em operações securitizadas	6.656
Reversão de provisões	4.039
Variação monetária ativa	39.063
Outras	31.704
Total	135.912

b) Outras despesas operacionais:

	31/12/2014
Cessão de operações de crédito	385.817
Variação monetária passiva	214.532
Constituição de provisões	193.027
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	45.114
Descontos concedidos	34.513
Amortização de ágio	25.053
Gravames	22.896
Adesão ao Refis	1.041
Outras	48.625
Total	970.618

29) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	31/12/2014
Resultado na alienação de outros valores e bens	(86.051)
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	31.629
Impairment de ativos não financeiros	(10.867)
Resultado na Alienação de Investimento (Nota 1 a)	386.530
Outros	(1.784)
Total	319.457

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

30) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	31/12/2014	31/12/2014
	Ativo	Receitas
	(passivo)	(despesas)
Disponibilidades (a)		
Banco BTG Pactual S.A.	5	-
Total	5	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)		
Banco BTG Pactual S.A.	-	319.127
Caixa Econômica Federal	-	543.837
Total	-	862.964
Cessão de crédito (d)		
Caixa Econômica Federal	426.692	-
Total	426.692	-
Outros créditos (e)		
Caixa Econômica Federal	12.773	-
PAN Seguros S.A.	4.420	-
Panamericana Adm. E Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	16.593	-
Total	33.787	-
Depósitos à vista (f)		
PAN Seguros S.A.	(1.889)	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev. Privada Ltda.	(6)	-
Pessoal chave da administração	(1)	-
Total	(1.896)	-
Depósitos interfinanceiros (g)		
Banco BTG Pactual S.A.	(2.518.107)	(241.269)
Caixa Econômica Federal	(5.855.642)	(561.335)
Total	(8.373.749)	(802.604)
Depósitos a prazo (h)		
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	(18.690)	(925)
Total	(18.690)	(925)
Obrigações por operações compromissadas		
Banco BTG Pactual S.A.	-	(612.283)
Caixa Econômica Federal	-	(456)
Total	-	(612.739)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (i)		
Banco BTG Pactual S.A.	(520.888)	(43.140)
Caixa Econômica Federal	-	(342)
Pessoal chave da administração	(28.368)	-
Total	(549.256)	(43.482)
Instrumentos Financeiros Derivativos (j)		
Banco BTG Pactual S.A.	130.011	226.012



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Total	130.011	226.012
Outras Obrigações (k)		
Banco BTG Pactual S.A.	(75)	-
BTG Pactual Gestora de Recursos LTDA.	(19)	-
PAN Seguros S.A.	(12.061)	-
Total	(12.155)	-
Receita de prestação de serviços (l)		
BTG Pactual Gestora de Recursos LTDA.	-	171
PAN Seguros S.A.	-	33.591
Total	-	33.592
Despesa de pessoal (m)		
PAN Seguros S.A.	-	(645)
Total	-	(645)
Outras despesas administrativas (n)		
PAN Seguros S.A.	-	(1.782)
Banco BTG Pactual S.A.	-	(896)
BTG Pactual Corretora	-	(97)
Tecban S.A.	-	(948)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	(159)
Total	-	(3.882)
Resultado obtido na cessão de crédito		
Caixa Econômica Federal	-	929.079
Banco BTG Pactual S.A.	-	1.996
Total	-	931.075

- (a) Refere-se a conta corrente da Ourinvest Real Estate Holding;
- (b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (c) Referem-se a aplicações de cotas de fundos de investimento da PAN Seguros com a Caixa Econômica Federal e BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, e derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.;
- (d) Referem-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;
- (e) Referem-se a valores de cobrança a receber a serem repassados e carteira de câmbio;
- (f) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (g) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (h) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (i) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97% do CDI;
- (j) Referem-se à operações de Swap;
- (k) Referem-se a valores de prêmio de seguros a repassar, arrecadados por meio de empresas ligadas, liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito e câmbio vendido a liquidar;
- (l) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios;
- (m) Referem-se à parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores; e
- (n) Referem-se à outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas coligadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Remuneração dos Administradores:

No Banco PAN, foi definido em Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2014, o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2014 no montante de R\$ 29.445 (despesas de honorários).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	31/12/2014
Despesas de honorários	14.733
Contribuição ao INSS	3.315
Total	18.048

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Ao longo de 2013, o Banco Central divulgou um conjunto de Resoluções e Circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Pan atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital, incluindo o Patrimônio de Referência (PR) e os novos índices de capital que devem ser observados. Ressalta-se que, de Out/13 a Dez/14, o capital será calculado com base somente no Conglomerado Financeiro e, a partir de Jan/15, com base no Conglomerado Prudencial. Portanto, não serão mais apurados e apresentados os valores de capital referentes ao Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF).

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Financeiro.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2014
Patrimônio de referência nível I	2.746.585
Capital Principal	2.746.585
Patrimônio de referência nível II	1.051.140
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	3.797.725
Patrimônio de referência	3.797.725
- Risco de crédito	18.382.573
- Risco de mercado	310.106
- Risco operacional	1.629.411
Ativo ponderado pelo risco – RWA	20.322.090
Índice de Basileia	18,69%
Capital nível I	13,52%
Capital principal	13,52%

• Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

• Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2014

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS (*)		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Prefixadas	(1.760)	(554.318)	(1.111.252)
Cupom Outras Taxas de Juros	Taxas de Cupom de Taxas de Juros	(171)	(39.949)	(73.427)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(320)	(45.186)	(85.006)
Renda Variável	Preço de Ações	(245)	(6.117)	(12.233)
Moeda Estrangeira	Taxas de Câmbio	(187)	(4.668)	(9.336)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom Cambial	(6)	(730)	(1.480)
Total em 31/12/2014		(2.689)	(650.968)	(1.292.734)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2014, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 10% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2014.

Ativos – Dólar	31/12/2014
Operações de crédito (ACC/CCE)	965.700
Outros Recebíveis	22.140
Total Ativos	987.840

Passivos – Dólar	31/12/2014
Dívida subordinada	1.423.509
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	773.610
Obrigações por empréstimos no exterior	66.614
Total Passivos	2.263.733

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2014, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência	Valor de Mercado
	31/12/2014	31/12/2014
Ativos - Dólar		
Swap	1.557.570	2.575.119
DDI	97.796	97.796
Total	1.655.366	2.672.915
Passivos - Dólar		
Swap	128.076	145.677
DDI	789.323	789.323
DOL	146.215	146.215
NDF	16.371	16.734
Total	1.079.985	1.097.949

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

• Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

• Valor de Mercado

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Item	31/12/2014		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	2.080.672	2.276.294	2.738
- Ajuste de títulos para negociação	503.386	503.386	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.184.740	1.184.740	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	392.546	395.284	2.738
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	17.512.019	18.974.188	1.462.169
Depósitos a prazo	2.809.210	3.341.059	(531.849)
Depósitos interfinanceiros	8.631.521	8.454.482	177.039
Recursos de emissão de títulos	5.168.051	5.331.247	(163.196)
Obrigações por empréstimos	168.317	236.469	(68.152)
Dívidas subordinadas	1.556.283	1.587.801	(31.518)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			847.231

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

32) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/12/2013 o Banco PAN iniciou processo junto a SUSEP para a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos (nos termos da Resolução CNPC 11/2013), que será submetido à aprovação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Somente após verificar a conformidade das condições e dos cálculos apresentados no processo, é que a PREVIC concederá sua aprovação. Até lá, o plano terá funcionamento normal com contribuições mensais. No exercício de 31/12/2014, o montante dessa contribuição foi de R\$ 583 no Consolidado.

Essa medida foi definida devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer parte da política/plano de benefícios adotado pela instituição.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2014 R\$ 22.915 no Consolidado.

33) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(87.702)
Alíquota efetiva	
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	89.852
Efeito no cálculo dos tributos:	
Participação em controladas	24.948
Ajuste de Crédito Tributário de Exercícios Anteriores	(2.923)
Crédito Tributário não ativado anteriormente - utilizado no Refis (2)	32.911
Crédito Tributário não constituído no exercício	
Outros valores	(49.261)
Receita de Imposto de renda e contribuição social do exercício	95.527

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (Nota 3n).

(2) Conforme previsto na Lei nº 13.043, de 13/11/2014, o Banco Pan apresentou pedido formal à Receita Federal do Brasil, para liquidação antecipada de parcelamento em andamento, nos moldes da Lei nº 11.941/09, com compensação de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, com isso foi liquidado o saldo remanescente de parcelamento, composto por débitos tributários e previdenciários parcelados em 2009, sendo liquidados mediante pagamento em espécie e utilização de saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL de exercícios anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.033.840	398.982	(309.908)	1.122.914
Provisão para contingências cíveis	63.400	154.697	(146.088)	72.009
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	20.609	-	(20.609)	-
Provisão para contingências trabalhistas	19.248	26.393	(14.663)	30.978
Provisão para contingências tributárias	8.500	8.715	(6.500)	10.715
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	20.999	48.234	(54.638)	14.595
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	30.034	56.976	(56.024)	30.986
Provisão para Gratificação de funcionários/PLR	13.364	20.428	(33.792)	-
Outras provisões	83.876	31.747	(41.250)	74.373
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.293.870	746.172	(683.472)	1.356.570
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.472.549	60.586	(75.525)	1.457.610
Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs	2.129	-	(2.129)	-
Total dos créditos tributários	2.768.548	806.758	(761.126)	2.814.180
Obrigações fiscais diferidas (Nota 33e)	(142.835)	(12.394)	48.046	(107.183)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.625.713	794.364	(713.080)	2.706.997

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2014, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 09/02/2015.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
2015	436.986	1.191	438.177
2016	335.158	44.499	379.657
2017	281.544	33.512	315.056
2018	160.698	155.073	315.771
2019	124.836	169.702	294.538
2020	16.012	247.711	263.723
2021	1.336	343.272	344.608
2022	-	339.101	339.101
2023	-	10.871	10.871
2024	-	11.311	11.311
Total	1.356.570	1.356.243	2.712.813



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Em 31/12/2014, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN, R\$ 1.660.801 no Consolidado.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 101.367, não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2014, o Banco PAN e o consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.137.970, sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 455.185 no Banco PAN e no Consolidado em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(6.137)	(12.394)	11.593	(6.938)
Superveniência de depreciação	(136.698)	-	36.453	(100.245)
Total	(142.835)	(12.394)	48.046	(107.183)

34) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 24.000 em 31/12/2014;
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 31/12/2014, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;
- e) O Banco PAN, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei nº 12.865 de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, posteriormente convertida na Lei nº 12.973 de 13/05/2014. O Banco PAN e a PAN Seguros S.A. aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") referente às contribuições ao PIS e COFINS do período compreendido entre os anos de 2006 e 2012;

Desta forma, em 28/11/2013 foram realizados os pagamentos à vista da importância de R\$ 536,2 milhões no Banco PAN e R\$ 28,9 milhões na PAN Seguros totalizando R\$ 565,1 milhões, se beneficiando da redução de 100% (cem por cento) dos juros, juros sobre multas, e multas aplicados sobre os valores das respectivas contribuições, correspondentes à R\$ 288,9 milhões no Banco PAN e R\$ 17,5 milhões na PAN Seguros totalizando R\$ 306,4 milhões e pôs fim à discussão judicial que



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

possuíam sobre o tema. Os resultados positivos apurados foram de R\$ 21,4 milhões no Banco PAN e R\$ 7,7 milhões na PAN Seguros;

- f) O Banco PAN comunica a seus investidores que conforme comunicado em Assembleia Geral de Cotistas realizada no dia 21/10/2013, os FIDCs Master CDC Veículos e Autopan CDC Veículos foram liquidados em 20/01/2014;
- g) Em 14/05/2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida lei dispõe, ainda sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27/05/2009. A referida lei foi regulamentada pelas Instruções Normativas RFB números 1515, de 24/11/2014 e 1520, de 4/12/2014.

Estimamos que a referida regulamentação não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo Pan.

- h) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- i) Em 13/06/2014, o Banco Pan S.A. deliberou aumento de capital social no valor de R\$ 3,0 bilhões, sendo:
 - i. Aumento de Capital Social da Companhia da Companhia, no limite do capital autorizado, conforme descrito na Nota 24a; e
 - ii. Aumento de Capital Social com a criação de nova classe de ações preferenciais, resgatáveis, para a emissão de ações preferenciais resgatáveis com prazo de 5 anos com direito a dividendos fixos, cumulativos, anuais e prioritários, equivalentes a 104% da variação do CDI sobre o valor de emissão, negociadas na BM&FBOVESPA.

O Banco BTG e Caixapar exerceram seus direitos de exercício em conexão com o aumento de capital descrito no item (i) (Nota 24a). A criação e emissão da nova classe de ações descritas no item (ii) acima foram reconsideradas pelos acionistas.

- j) O Banco Pan, adotará a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.
- k) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, que converte em lei a Medida Provisória nº 656/2014, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei n. 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31/12/2014.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2014.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

São Paulo, 06 de março de 2015.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jorge Fontes Hereda

Vice – Presidente

André Santos Esteves

Conselheiros

José Luiz Acar Pedro

Antonio Carlos Porto Filho

Fábio de Barros Pinheiro

Fabio Lenza

Marcelo Terrazas

Marcos Antônio Macedo Cintra

Marcos Roberto Vasconcelos

Mateus Affonso Bandeira

Marcos Bader

Roberto Balls Sallouti

DIRETORIA

Diretor Presidente

José Luiz Acar Pedro

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Eduardo Almeida Prado

Eduardo Nogueira Domeque

Jose Luiz Trevisan Ribeiro

Leandro de Azambuja Micotti

Maurício Antônio Quarezemin

Paulo Alexandre da Graça Cunha

CONSELHO FISCAL

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Marluce dos Santos Borges

Paulo Roberto Salvador Costa

COMITÊ DE AUDITORIA

Adilson Rodrigues Ferreira

Almir José Meireles

Marcelo Yugue

CONTADOR

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

Banco Pan S.A. e controladas – Conglomerado Prudencial

**(nova denominação do Banco
Panamericano S.A.)**

**Relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações contábeis consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2014**

Relatório dos auditores independentes

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
Banco Pan S.A.
(nova denominação do Banco Panamericano S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Pan S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”), descritos na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e nota explicativa 3 – Principais Práticas Contábeis, que divulgam:

(a) As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

(b) Por ser a primeira apresentação das demonstrações financeiras consolidadas anuais do conglomerado prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular n.º 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 31 de dezembro de 2014.

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 33, existem em 31 de dezembro de 2014 créditos tributários reconhecidos no ativo, no valor de R\$ 2,9 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro e aprovada pelo Conselho de Administração em 9 de fevereiro de 2015, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

O Banco Pan S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem ressalvas, em 09 de fevereiro de 2015.

São Paulo, 6 de março de 2015.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0